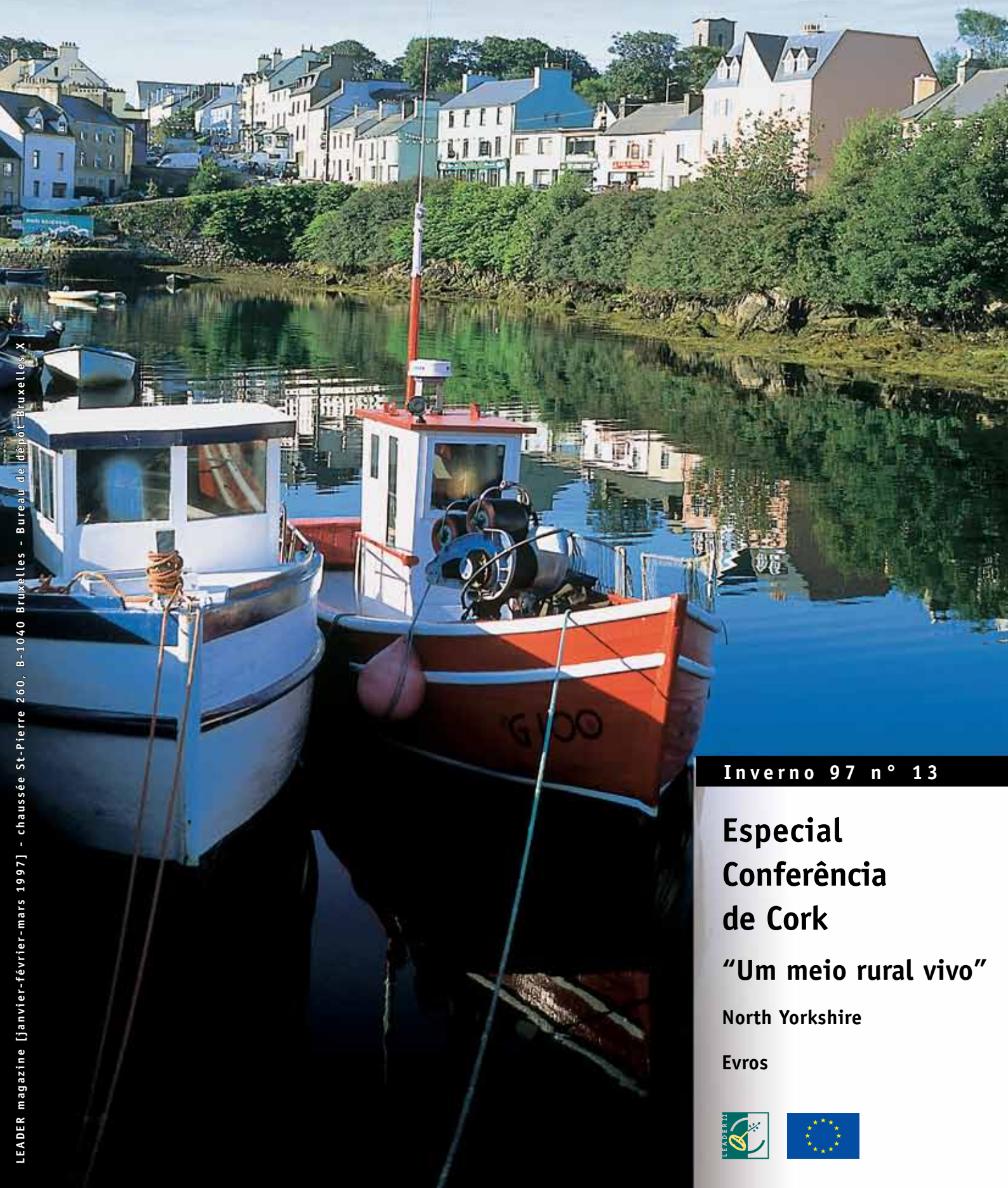


Revista trimestral do Programa Europeu LEADER II

# LEADER II

magazine



Inverno 97 n° 13

## Especial Conferência de Cork

“Um meio rural vivo”

North Yorkshire

Evros



# LEADER II

## em acção



**País:** Espanha

**Acção realizada:** organização de “feiras medievais”

**Custo:** 25 000 ECU

**UE:** 12 500 ECU

**Outros fundos públicos:** 6 500 ECU

**Privado:** 6 500 ECU

*A organização, em diversas localidades do nosso território, de “feiras medievais” com animações de rua e participantes vestidos à época, transforma a venda directa de produtos artesanais de qualidade num verdadeiro espectáculo. Estas festas “diferentes” proporcionam aos produtores locais um mercado e uma melhor visibilidade. As populações locais apreciam particularmente estas manifestações culturais originais que atraem também um grande número de turistas.”*

**Javier Velazquez,**  
responsável LEADER



**País:** Alemanha

**Acção realizada:** formação contínua para mulheres-empresárias

**Custo:** 20 000 ECU

**UE:** 7 000 ECU

**Outros fundos públicos:** 3 000 ECU

**Privado:** 10 000 ECU

*“As mulheres desempenham um papel muito importante nas empresas ou explorações agrícolas familiares: asseguram frequentemente a gestão, contabilidade, acompanhamento da clientela, etc. Ora, nem sempre é fácil administrar bem estas tarefas, tão diversas como complexas. É por isso que o nosso grupo LEADER concebeu um programa de aperfeiçoamento destinado às mulheres-empresárias. A participação nas sessões de formação é muito forte e os contactos que aí nasceram desencadearam a criação de uma rede informal de mulheres-empresárias por todo o Vogelsberg. Não só a competitividade das pequenas empresas familiares melhorou, como as mulheres se sentem agora mais reconhecidas como actrizes económicas a tempo inteiro.”*

**Thomas Schaumberg,**  
coordenador LEADER



**País:** Áustria

**Acção realizada:** apoio à fileira lã

**Custo:** 1 087 500 ECU

**UE:** 112 500 ECU

**Outros fundos públicos:** 382 500 ECU

**Privado:** 592 500 ECU

*“Aqui, no sopé do “tecto da Áustria”, o trabalho da lã é uma actividade ancestral. Empreendemos a revitalização desta fileira que se encontrava em risco, nomeadamente, participando na construção de uma unidade para a transformação da lã e o fabrico de uma gama completa de vestuário e mantas. Construído com materiais locais e segundo processos tradicionais, o edifício serve também de posto de venda para outros produtos do vale, e serve ainda de sede ao grupo LEADER.”*

**Kurt Rakobitsch,**  
coordenador LEADER



**País:** Itália

**Acção realizada:** acondicionamento de plantas medicinais

**Custo:** 300 000 ECU

**UE / Outros fundos públicos:** 150 000 ECU

**Privado:** 150 000 ECU

*“Desde há alguns anos, a diversificação da agricultura do vale da Bormida passa pela cultura de plantas medicinais. A cooperativa “Agronatura” conta com 46 agricultores, que oferecem dois tipos de produtos, beneficiando de uma marca ecológica: os óleos essenciais (19 variedades) e as plantas secadas e embaladas em vácuo. O LEADER contribuiu para o financiamento da compra de equipamentos que permitem a criação de uma linha de produção e de embalagem, assim como a realização de testes que visam a introdução de novas variedades e a melhoria da qualidade dos produtos.”*

**Massimo Strapazzon,**  
coordenador LEADER



# Em poucas palavras...

**Yves Champetier**, *Director,*  
*Observatório Europeu LEADER*

## Caderno especial conferência de Cork

### A Europa rural no horizonte 2000: visando uma política integrada de desenvolvimento duradouro ..... 4



A Conferência que decorreu em Cork (Irlanda), de 7 a 9 de Novembro de 1996, delineou as grandes orientações da futura política europeia de desenvolvimento rural.

### O laboratório LEADER ..... 6



O LEADER foi uma das “vedetas” de Cork, um exemplo concreto para a política europeia de desenvolvimento rural no horizonte 2000.

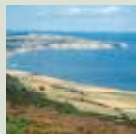
### Para um “meio rural vivo”: um objectivo, seis ateliers ..... 8



A Conferência de Cork incluiu seis ateliers, correspondentes a outras tantas facetas do desenvolvimento rural. Balanço resumido dos trabalhos.

### A “Declaração de Cork” ..... 13

### North Yorkshire Heritage Coast (Reino-Unido): mobilização geral ..... 15



A franja litoral de Yorkshire é um meio rural onde as três actividades tradicionais - pesca, agricultura e turismo - estão em crise. Chegando no momento oportuno, o LEADER II é o instrumento privilegiado para identificar as necessidades locais, com a população.

### Evros (Grécia): os frutos do voluntarismo ..... 19



O modelo de desenvolvimento integrado posto em prática pelo município de Tychoero e gradualmente disseminado por outras áreas da zona LEADER de Evros (Trácia), permite revelar um novo desenvolvimento desta região fronteiriça, durante muito tempo deixada à margem. Na condição, contudo, de o sector privado dar continuidade à iniciativa pública.

Este número do LEADER Magazine é dedicado essencialmente à Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural, que decorreu em Cork (Irlanda) de 7 a 9 de Novembro de 1996.

Este acontecimento e a declaração que daí resultou representam uma etapa particularmente importante para todos aqueles que estão envolvidos na execução da Iniciativa LEADER. As dimensões “abordagem local” e “instalação em rede” ocuparam aqui realmente um lugar central.

Assim, a “Declaração de Cork”, adiante reproduzida, afirma que a política de desenvolvimento rural “deve privilegiar a participação dos actores e as iniciativas que provêm da base, que permitem reconhecer a criatividade e a solidariedade das comunidades rurais”. Refere também que “o desenvolvimento rural deve ser local e conduzido pelas comunidades rurais, dentro de um quadro europeu coerente”

No que diz respeito à dimensão “rede”, vários aspectos são referidos na síntese do atelier dedicado a este tema:

- > as redes são um elemento essencial da mais-valia comunitária, facilitando os intercâmbios de saber-fazer e de experiências entre os actores rurais da União Europeia, e até para além das fronteiras da União, com os países da Europa central e oriental e os países terceiros mediterrânicos;
- > a dinâmica de desenvolvimento local e a instalação em rede contribuem para a mobilização dos cidadãos, garantindo o necessário reforço da democracia local sem a qual a construção europeia não será possível;
- > as redes são espaços de criatividade e de antecipação, que participam na concepção, execução e transferência de inovações indispensáveis e necessárias aos territórios rurais;
- > é no coração destas redes que se inventa progressivamente uma nova cultura ou visão europeia do desenvolvimento rural.

Para todos os que estão envolvidos no LEADER, tanto ao nível local, como regional, nacional e europeu, este reconhecimento do trabalho realizado desde há vários anos acompanha agora a absoluta necessidade de “levar o LEADER II a bom termo”.

O sucesso do LEADER I criou grandes expectativas, tanto junto das populações como das instituições e organismos intervenientes no desenvolvimento rural. O orçamento dedicado ao LEADER II é quatro vezes superior ao do LEADER I e cerca de 700 territórios estão hoje abrangidos por esta Iniciativa Comunitária.

Ao nível local, o sucesso do LEADER II necessita de um envolvimento crescente das populações, empresas e comunidades rurais na definição e realização dos projectos locais, permitindo colocar os territórios rurais na via do desenvolvimento duradouro tal como foi definida em Cork. Para isso, é preciso que os grupos de acção local disponham da autonomia e das capacidades suficientes para apoiar, o mais eficazmente possível, com o máximo de flexibilidade e no momento oportuno, os projectos de todos.

Isto exige contudo - e as dificuldades com o arranque do LEADER II em certos Estados Membros obrigam-nos a sublinhá-lo - **uma boa coordenação** entre os diversos níveis de apoio (local, regional, nacional, europeu) e igualmente **uma procura de simplificação dos procedimentos e das responsabilidades administrativas**. A maioria dos participantes na Conferência de Cork insistiram particularmente nestes dois pontos e o LEADER II pode dar o exemplo.

Facilitar a tarefa dos grupos de acção local, permitindo-lhes uma melhor eficácia no apoio às iniciativas das populações e empresas e na valorização das potencialidades dos territórios rurais, é hoje um dos grandes desafios para todos aqueles que estão comprometidos no sucesso desta Iniciativa e da nova política de desenvolvimento rural proposta em Cork, e de uma maneira geral, para todos aqueles que desde há muitos anos, investem na renovação da Europa Rural. <

# A Europa Rural no horizonte 2000 visando uma política integrada d

**A conferência que decorreu em Cork (Irlanda), de 7 a 9 de Novembro de 1996, delineou as grandes orientações da futura política europeia de desenvolvimento rural. Esta conferência culminou numa "Declaração de Cork" que, sob vários aspectos, reforça numa nova dimensão a estratégia já experimentada no âmbito do LEADER: o desenvolvimento integrado e duradouro de um meio rural vivo, baseado na participação de todos e de todas.**

**Cerca de 500 pessoas**, provenientes dos quinze Estados Membros da União Europeia mas também de numerosos países da Europa central e oriental, bacia mediterrânica, Canadá, Estados Unidos ou ainda do Japão, participaram nesta Conferência intitulada **"A Europa Rural - perspectivas de futuro"**, organizada por iniciativa do Comissário Franz Fischler responsável pela agricultura e desenvolvimento rural. Quer ministros, deputados, funcionários europeus, nacionais, regionais, locais, representantes de organismos internacionais, associações, organismos profissionais, quer peritos, investigadores, "actores de terreno, etc...", todos os participantes tinham como denominador

comum o facto de estarem, a níveis diversos, envolvidos no desenvolvimento rural.

Presidida por Lord Henry Plumb, Membro do Parlamento Europeu, a Conferência de Cork tinha como objectivo traçar as grandes orientações da política rural europeia no horizonte 2000 e para além dele.

Jimmy Deenihan, Secretário de Estado irlandês responsável pelo desenvolvimento rural, recordou no início o contexto em que se inseria o que classificou como *"a mais importante conferência sobre o desenvolvimento rural jamais organizada na Europa"* e os grandes desafios que o mundo rural europeu deve enfrentar, nomeadamente: a mundialização da economia - e o seu corolário político, a nova ronda de negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio -, a instauração da moeda única e o futuro alargamento da União Europeia.



## A agricultura no coração do desenvolvimento rural

No seu discurso de introdução, o Comissário Franz Fischler insistiu, em primeiro lugar, na importância, diversidade, dinamismo e potencialidades dos territórios rurais. Sublinhou também o lugar preponderante que ocupam e ocuparão sempre a agricultura e a silvicultura, indicando que a importância destas duas actividades *"ultrapassa o seu aspecto puramente sectorial: são multifuncionais. Configuram o espaço rural, contribuindo*

2000:

## de desenvolvimento duradouro



*para a preservação de um espaço de vida económica e social intacta, para a protecção de um quadro de paisagens atractivas, e para a diversificação das actividades das zonas rurais."*

Após recordar as carências estruturais das zonas rurais ("redes de infraestruturas incompletas, oferta insuficiente de empregos e de serviços, possibilidades de formação e de aperfeiçoamento insuficientes"), o Comissário Fischler afirmou: "não podemos deixar de reagir. Devemos, é certo, preservar todas as oportunidades da agricultura europeia, mas as nossas acções devem também ultrapassar em muito o sector das actividades ligadas à agricultura. A criação de empregos não agrícolas, a melhoria das infraestruturas e dos serviços, um duplicar do esforço de melhoria do ambiente, devem logicamente fazer parte de qualquer política de desenvolvimento rural."

### Uma política de desenvolvimento integrado para todas as zonas rurais

*"O espaço rural é um modelo sócio-económico por direito próprio, que é necessário preservar para benefício da sociedade europeia no seu conjunto", afirmou o Comissário antes de definir a política rural que gostaria de pôr em prática. Trata-se de uma política baseada:*

- > na abordagem integrada, multissetorial, adaptada às especificidades de cada território rural;
- > na melhor coerência entre os instrumentos políticos e na maior eficácia das intervenções "permitindo uma utilização óptima dos recursos públicos";
- > na simplificação e maior transparência dos procedimentos administrativos;
- > na melhoria das parcerias entre instituições da União europeia e instâncias nacionais e regionais.

O Comissário lembrou também que a integração dos actores locais neste processo é uma condição da eficácia das acções de desenvolvimento rural ("as vantagens de uma abordagem a partir da base são evidentes e conformes à construção de uma Europa baseada na subsidiaridade").

Mas uma das grandes novidades desta "política integrada de desenvolvimento rural duradouro" proposta pelo Comissário é a de que dever abranger todas as zonas rurais: "não são todas elas mais ou menos submetidas às mesmas exigências e expostas aos mesmos riscos? Não são todas elas sensíveis aos problemas da agricultura? Não devem todas elas oferecer as prestações de que toda a nossa sociedade necessita? Deste ponto de vista, não me parece lógico restringir a nossa política de desenvolvimento rural a zonas seleccionadas."

O discurso do Comissário Fischler foi seguido por uma série de intervenções de especialistas e de responsáveis europeus, nacionais, regionais e locais.

Muito notada foi a de Guy Legras, Director Geral da DG VI, sobre o balanço e as perspectivas da Política Agrícola Comum (PAC). Duas orientações estratégias prenderam particularmente as atenções:

- > a futura política agrícola deverá ser muito mais orientada para objectivos de protecção ambiental e desenvolvimento rural;
- > convém definir uma verdadeira política rural, integrando a política dos mercados e o desenvolvimento rural, agrupando um conjunto de instrumentos hoje demasiado dispersos e conduzindo à gestão descentralizada da sua execução.

Oito anos após a publicação do "Futuro do Mundo Rural", a Conferência de Cork marca uma nova etapa decisiva na política rural europeia, etapa que alguns jornalistas e observadores presentes não hesitaram em qualificar de "revolução cultural". <





## O laboratório LEADER

**O LEADER foi uma das "vedetas" de Cork, um exemplo concreto para a política europeia de desenvolvimento rural no horizonte 2000.**

**"Senhor Hyland,** o senhor é aparentemente muito favorável ao programa LEADER. Pensa que o LEADER será o modelo da futura política de desenvolvimento integrado preconizada pelo Comissário Fischler?"

Preparação do stand LEADER



- "Sim, senhor presidente."

Esta conversa entre François Grosrichard, enviado especial do diário francês "Le Monde" e presidente do atelier "A qualidade de vida nas zonas rurais", e Liam Hyland, relator para o Parlamento Europeu ("Relatório sobre a política rural europeia e a criação de uma carta rural europeia"), ilustra perfeitamente o lugar considerável que o LEADER teve na Conferência de Cork.

Vários oradores, a começar pelo Secretário de Estado Irlandês, Jimmy Deenihan, lembraram o sucesso do LEADER, quer em termos de estratégia (dimensão territorial, abordagem "ascendente", parcerias, integração, inovação, etc.) quer em termos de realizações concretas. Em sessão plenária, a apresentação das grandes orientações propostas pelo Comissário Fischler e que correspondem em larga medida à "filosofia LEADER", foi ilustrada por dois testemunhos sobre acções locais inovadoras: o Professor Dimitrios Pantermalis, Membro do Parlamento Grego, sublinhou o apoio do Programa LEADER Pieriki (Macedónia Central) à iniciativa de uma centena de agricultores que se mobilizaram em torno



Península de Beara  
[zona LEADER West Cork]

# DER

da valorização do património arqueológico da aldeia de Dion, perto do monte Olimpo; Jean-Louis Chauzy, Presidente do Conselho Económico e Social da Região Midi-Pyrénées (França), explicou o processo que conduziu à revitalização da cutelaria artesanal de Laguiole (ver LEADER Magazine nº 5).

Cada um dos seis ateliers incluiu pelo menos um membro no painel directamente envolvido na execução do LEADER, quer responsável europeu, nacional ou regional, quer membro de um grupo de acção local. Assim, entrevistaram os GAL **Maestrazgo-Teruel** (Aragão, Espanha), **País Cártaro** (Languedoc-Roussillon, França), **Probasto** (Norte, Portugal) - estes três grupos tinham também um stand -, **Clairvaux-Vianden** (Luxemburgo) e **Natur-und Lebensraum Rhön** (Hesse, Alemanha), sem esquecer a Rede LEADER irlandesa.

O Observatório Europeu LEADER desempenhou também um papel muito importante, antes e durante o acontecimento: participação no comité de pilotagem da conferência, preparação e síntese do atelier sobre as redes de cooperação transnacional, funcionamento de um stand que permitiu um contacto directo com os participantes assim como divulgação das publicações LEADER, demonstração "em contínuo" do site Internet "Rural Europe", etc.

Quanto ao grupo LEADER "local", West Cork, que também tinha um stand de apresentação dos produtos da

sua zona à entrada do local do encontro, foi o destino de uma das três excursões organizadas para a circunstância: cinquenta participantes na conferência foram acolhidos na sede do GAL e puderam descobrir "ao vivo" a execução do LEADER, com a possibilidade de ver funcionar vários projectos ligados à valorização dos produtos agro-alimentares.

Este grupo de acção local tinha recebido na véspera a visita do Comissário Fischler por ocasião do lançamento oficial da marca "West Cork".

De realçar, por fim, que uma vintena de grupos LEADER, situados na Irlanda e no Reino Unido, aproveitaram a Conferência de Cork para se reunirem e reflectirem sobre os meios a pôr em prática para reformar a dimensão local e "ascendente" do programa, e iniciar cooperações sobre este tema (a organização de um seminário "reunindo as duas ilhas" está prevista para o primeiro trimestre de 1997). <

O Comissário Franz Fischler e Jimmy Deenihan, Secretário de Estado irlandês responsável pelo desenvolvimento rural, ao serem recebidos pelos membros do grupo LEADER West Cork



## Para "um meio rural vivo" um objectivo



Mercado rural  
em Connemara [Irlanda]

A Conferência de Cork incluiu seis ateliers, correspondentes a outras tantas facetas do desenvolvimento rural. Foram incluídas na declaração de Cork várias recomendações provenientes destes grupos de trabalho. Segue-se o balanço resumido dos trabalhos.

**"A Living Countryside"** ("um meio rural vivo"), foi o título escolhido por Richard Simmonds para a sua intervenção no início da conferência, e depressa se tornou a palavra de ordem de Cork, o "leitmotiv" que ritmou os trabalhos do segundo dia. Este dia foi preenchido com seis ateliers dedicados respectivamente ao desenvolvimento rural integrado, emprego e igualdade de oportunidades, ambiente e desenvolvimento duradouro, qualidade de vida em meio rural, cooperação e transferência de boas práticas, estratégias de desenvolvimento local baseadas na abordagem "ascendente".

### **"Desenvolvimento integrado: definição do conceito"**

Jean-François Poncet, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos do Senado da República Francesa, apresentou as conclusões deste atelier, começando por acentuar que, se a abordagem integrada do desenvolvimento é um imperativo admitido por todos, é infelizmente *"mais apreçoada do que aplicada"*...

Mais do que definir um conceito já bastante conhecido, tratou-se sobretudo de examinar como realmente pôr em prática a integração na nova política europeia de desenvolvimento rural.

A solução poderá ser a adopção de um programa global regional, cobrindo todas as zonas rurais sem excepção. Um tal instrumento apresenta numerosas vantagens, nomeadamente em termos de simplificação e de subsidiariedade, com a condição, contudo, de:



# vivo”: ativo, seis ateliers

- > reconhecer o papel sempre primordial da agricultura na economia rural;
- > continuar, em nome da coesão, a dedicar às zonas desfavorecidas ajudas financeiras específicas;
- > não isolar regiões, de forma a não quebrar a subsidiariedade financeira, princípio fundamental da intervenção comunitária.

*“A integração é a via, a diversidade é a riqueza, a solidariedade é o cimento”, assim concluiu o relator.*

## **“Emprego, igualdade de oportunidades e espírito de empreendimento nas zonas rurais”**

Seguindo o exemplo de Jan Douwe Van der Ploeg, professor na Universidade de Wageningen (Holanda), os participantes nesta mesa-redonda constataram que o mundo rural é um conjunto sócio-económico particular onde predominam o trabalho independente, as pequenas empresas familiares, a pluriactividade, a flexibilidade de emprego e o contacto com a natureza.

Estas especificidades rurais devem ser os grandes eixos de um desenvolvimento baseado no capital endógeno de cada território e sobre a diversificação da economia local, diversificação que facilita a instauração de uma maior igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

O lugar essencial da agricultura no mundo rural foi também sublinhado: *“sem os agricultores e as agricultoras, não existe desenvolvimento rural.”* O sector agrícola deve, contudo, transformar-se de forma radical para poder prosseguir quatro objectivos essenciais: emprego, igualdade de oportunidades, qualidade dos produtos e protecção do ambiente.

No seu relatório do atelier, Ursula Stenzel, deputada austríaca ao Parlamento Europeu, insistiu na necessidade de adaptar os instrumentos comunitários para melhor responder aos desafios do mundo rural.

Esta adaptação passa pelo respeito de cinco princípios:

- > adopção de uma política rural integrada, dado que as medidas sectoriais se revelaram insuficientes para resolver os problemas rurais, complexos e multidimensionais;
- > o pacote financeiro dedicado à agricultura e às zonas rurais deverá, pelo menos, permanecer ao mesmo nível, mas o mecanismo dos Fundos Estruturais deverá ser revisto, tomando como unidade territorial de interven-

ção a região, entidade que permite ponderar as ajudas em função da diversidade dos territórios rurais;

- > a concepção e a aplicação da futura política rural devem fazer apelo, em grande medida, aos recursos humanos locais e regionais;
- > o apoio ao desenvolvimento rural deve privilegiar os projectos de pequena escala em vez de visar os investimentos pesados (*“os arbustos de hoje serão as grandes árvores de amanhã”*);
- > as mulheres devem ser parceiras de pleno direito do desenvolvimento rural.





*“Arca dos tesouros” contendo binóculos, bússola, guias, etc., que permitem aos visitantes que se alojam em abrigos rurais a descoberta do Parque Natural de Livradois-Forez [França]*

## — “Ambiente e desenvolvimento duradouro na Europa Rural”

O atelier começou por recordar o contexto global em que deve ser redefinida uma “política europeia de desenvolvimento duradouro”: a multiplicidade das forças em presença, a brevidade dos prazos de decisão (1999) e a sensibilização crescente da opinião pública para as questões ambientais. Sobre este último ponto, constata-se, porém, um fosso entre a Europa do Norte e a Europa do Sul: “nas 17 intervenções do atelier, apenas 3 foram provenientes do Sul”, assinalou o relator, Michele de Benedictis, professor na Universidade de Roma. Os participantes interrogaram-se em seguida sobre o melhor nível de intervenção para gerar a relação entre ambiente e economia: “é certamente a abordagem terri-

torial a mais eficaz no que respeita, por exemplo, à problemática ambiente-actividade agrícola, nomeadamente se se quiser resolver a dicotomia existente entre agricultura intensiva e agricultura extensiva e considerar a multifuncionalidade do sector agrícola.”

No que diz respeito às políticas a adoptar, preconiza-se assim um enquadramento institucional territorial, embora com consciência dos problemas que esta fórmula encerra: custos mais elevados de informação, acompanhamento e controle, programas de formação ambiental ainda insuficientes, etc.

Daí a necessidade de reformar o apoio institucional, graças a uma integração “horizontal” e “vertical” dos instrumentos (integração horizontal: incentivar parcerias entre sector público e privado, por exemplo; integração vertical: redefinir responsabilidades e competências institucionais de cada nível de intervenção). A adopção de indicadores fiáveis ao nível local é também uma necessidade. Na realidade, não se trata de criar novas políticas mas sim de ajustar as políticas existentes, dando-lhes maior transparência.

Por fim, nomeadamente em matéria de política agrícola, os intervenientes do atelier defendem a aplicação do princípio do “poluidor pagador”, embora prevendo medidas compensatórias para incentivar os métodos de produção respeitadores do ambiente.

| Animação numa escola rural do País Cátaro [França]





## “A qualidade de vida nas zonas rurais”

*“Dizer ‘desenvolvimento e qualidade de vida’ um pleonasmo”; “se no século XIX, a cidade representava o acesso à riqueza, no século XXI, o campo bem pensado poderá ser o local da felicidade reencontrada”... Eis algumas das expressões utilizadas durante este grupo de trabalho que, de imediato, fixou dois parâmetros essenciais à reflexão sobre a qualidade de vida em meio rural: o ser humano (“as pessoas, as famílias...”) deve ser a preocupação central das intervenções; o campo não deve ser idealizado, nem pelos rurais nem pelos urbanos (“desconfiar do ‘neo-ruralismo’ romântico”).*

*“Grande conjunto de pequenas coisas”, a qualidade de vida nas zonas rurais pode contudo resumir-se a três factores principais: intensidade das ligações sociais nas aldeias, acesso à informação e à formação, disponibilidade dos serviços (transportes, acção social, saúde, lazer, comércio, etc.), cuja qualidade deve atingir um nível comparável ao do meio urbano.*

A qualidade de vida deve beneficiar tanto a população local como os visitantes das cidades, estes últimos devem contudo *“reconhecer o campo tal como ele é e não como sonham que seja”*, sublinhou aliás um agricultor.

Num mundo rural *“onde qualquer serviço custa mais caro”*, a intervenção política e as ajudas públicas desempenham um papel preponderante. A acção do sector associativo é também determinante, assim como as actividades benévolas (que deverão beneficiar de um estatuto jurídico claramente estabelecido).

Os participantes no atelier propõem a seguinte estratégia:

- > necessidade absoluta de uma abordagem “ascendente” para mobilizar as “forças vivas” do território;
- > realização de um diagnóstico das necessidades tendo em conta as expectativas de todas as categorias da população (uma jovem mulher afirmou, por exemplo, que *“os jovens não procuram forçosamente a tranquilidade”*!);
- > apoio a acções específicas, “por medida”, geradoras de rendimentos e empregos;
- > simplificação dos procedimentos administrativos (a criação de um “Fundo rural” único foi evocado por alguns intervenientes);
- > realização regular de “balanços locais da qualidade de vida”.



O Grande-Prémio de Portugal 1994 no Centro Hípico de Ponte de Lima [zona LEADER Vale do Lima]

## “Partilhar experiências: cooperação e transferência de boas práticas como meios de promoção do desenvolvimento rural”

Esta mesa-redonda, em que participaram numerosas associações de dimensão europeia, inventariou 7 tipos de necessidades a que as redes podem responder: informação, mobilização dos cidadãos do mundo rural, aquisição de competências e formação, inovação, cooperação transnacional, organização colectiva dos actores rurais para fazer avançar propostas comuns, abertura aos países de Leste e do Sul.

Estas redes são muito diversas em termos de problemáticas rurais, públicos abrangidos, centros de interesse, etc. e esta diversidade é uma riqueza que exprime a complexidade dos novos processos de desenvolvimento a por em prática em meio rural. Vários participantes sublinharam a importância de procurar complementaridades entre as diversas redes, evitando assim sobreposições. A criação de um “Forum”, permitindo o encontro entre as diversas redes e um diálogo reforçado com as instituições europeias foi também defendida. Será também urgente reconhecer juridicamente a noção de “associação europeia”.

Num mundo rural em plena mutação, as redes serão levadas a desempenhar um papel crescente, permitindo a mobilização da diversidade dos actores europeus empenhados no futuro da Europa Rural, facilitando intercâmbios e cooperações entre territórios da Europa. O papel desempenhado pela rede LEADER e pelos Carreiros Rurais foi particularmente sublinhado.



- As redes deverão estar no coração da nova política de desenvolvimento rural e o impulso europeu continuará a ser um elemento fundamental para a sua acção, porque as redes podem prestar diversas contribuições essenciais:
- > são um elemento fundamental da “mais-valia” comunitária”;
  - > são espaços de criatividade e antecipação que participam na indispensável inovação e na sua transferência;
  - > interface entre o “local” e o “global”, facilitam a abertura dos territórios rurais.

### “As estratégias do desenvolvimento local em zonas rurais e a abordagem ascendente”

A relatora, Patricia O’Hara, consultora em desenvolvimento rural, lembrou as vantagens de um desenvolvimento baseado na abordagem “ascendente”: democracia local, consideração da diversidade das zonas rurais europeias, subsidiaridade entre “local” e “global”, eficácia do trabalho em parcerias, etc.

Constatou-se, que se a abordagem ascendente é já uma prática corrente no âmbito de vários programas, impõem-se contudo algumas condições se queremos progredir nesta abordagem e aplicá-la na política rural europeia no seu conjunto. Estas condições são:

- > melhor coordenação entre os diferentes níveis de apoio (local, regional, nacional, europeu);
- > integração das políticas e dos programas muitas vezes concebidos em função de intervenções sectoriais;
- > simplificação dos procedimentos e das responsabilidades administrativas;
- > equilíbrio mais justo entre democracia “participativa” e democracia “representativa” (“os poderes locais podem ser tanto um travão como um ‘facilitador’ do desenvolvimento”);

- > melhor consideração da importância do trabalho voluntário, nomeadamente o das mulheres, insuficientemente reconhecido pelo seu justo valor;
- > reforço das competências locais e formação para o desenvolvimento local.

Foram ainda sublinhadas outras dinâmicas próprias da abordagem ascendente: mobilização da poupança local e papel das instituições financeiras; disparidades em termos de recursos e de poder no seio de uma mesma parceria; constrangimento dos prazos (“o desenvolvimento é um processo longo”); falta de recursos humanos dinâmicos devido ao êxodo dos jovens, indispensável apoio à agricultura a fim de manter os jovens nas suas explorações.

Os participantes examinaram também a necessária articulação entre a abordagem “ascendente” (actores locais) e a abordagem “descendente” (apoio institucional): longe de se oporem, são complementares e podem até reforçar-se uma à outra se forem bem coordenadas e se existir um bom equilíbrio entre os diferentes níveis de apoio.

Por fim, chamou-se a atenção para a necessidade de incluir toda a gente no processo de desenvolvimento: *“a coesão deve ser agora mais do que nunca a regra, tanto entre os indivíduos como entre as regiões.”*

De realçar que foi o Professor Joe Mannion da Universidade de Dublin (UCD) quem redigiu o documento preparatório deste atelier, coincidindo amplamente com o seu artigo publicado no LEADER Magazine nº 12. <



Partilhar  
experiências:  
seminário LEADER  
em Kalabaka  
[Grécia]

# Declaração de Cork:

## “Uma Europa rural viva”

**A Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural,  
Reunida em Cork, Irlanda, de 7 a 9 de Novembro de 1996;**

**Consciente** de que as zonas rurais - que englobam os locais de residência de um quarto da população e representam mais de 80% do território da União Europeia - são caracterizadas por um tecido cultural, económico e social único, um extraordinário mosaico de actividades e uma grande variedade de paisagens (florestas e terras agrícolas, sítios naturais incólumes, aldeias e pequenas cidades, centros regionais, pequenas indústrias);

**Ciente** de que as zonas rurais, bem como os seus habitantes, representam uma autêntica riqueza para a União Europeia e possuem a capacidade de ser competitivas;

**Considerando** que a maior parte da Europa rural é constituída por terras agrícolas e florestas, que influenciam fortemente o carácter das paisagens europeias; que a agricultura é e deve permanecer uma importante interface entre as pessoas e o ambiente e que os agricultores devem desempenhar uma função de gestores de muitos dos recursos naturais do território rural;

**Verificando** que a agricultura e as florestas deixaram de desempenhar um papel predominante nas economias europeias; que o seu peso económico relativo continua em declínio e que, em consequência, o desenvolvimento rural deve envolver todos os sectores sócio-económicos das zonas rurais;

**Convencida** de que os cidadãos europeus dão cada vez mais importância à qualidade de vida, em geral, e às questões relativas à qualidade, saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer, em particular, e de que as zonas rurais ocupam uma posição privilegiada para satisfazer esses interesses, oferecendo todas as possibilidades para um autêntico modelo de desenvolvimento moderno de qualidade;

**Reconhecendo** que a política agrícola comum se terá de adaptar às novas realidades e desafios colocados pelos desejos e preferências do consumidor, à evolução do comércio internacional e ao próximo alargamento da União Europeia; que a transição de um regime de apoio dos preços para um regime de apoio directo continuará a processar-se; que, em consequência, a PAC e o sector agrícola deverão ser objecto do devido ajustamento e que os agricultores devem receber o apoio necessário para esse processo e indicadores claros para o futuro;

**Prevendo** que os pagamentos compensatórios estabelecidos pela reforma de 1992 da PAC serão crescentemente postos em causa;

**Persuadida** de que o conceito de apoio financeiro público ao desenvolvimento rural, harmonizado com a gestão adequada dos recursos naturais e a manutenção e reforço da biodiversidade e das paisagens culturais, goza de uma crescente aceitação;

**Reconhecendo** que, embora as sucessivas reformas da política agrícola comum e das políticas europeias de desenvolvimento rural tenham melhorado a transparência e a eficácia, se desenvolveu um certo número de inconsistências e duplicações e aumentou a complexidade jurídica;

**Decidida** a promover, de todas as formas possíveis, a capacidade local de criar um desenvolvimento sustentável nas zonas rurais e, nomeadamente, iniciativas privadas e comunitárias bem integradas em mercados globais;

**Anuncia** o seguinte programa de dez pontos para o desenvolvimento rural da União Europeia:

### **Ponto 1 - Preferência rural**

O desenvolvimento rural sustentável deve ser uma das prioridades da União Europeia e tornar-se um princípio fundamental de qualquer política rural no futuro imediato e após o alargamento. Esse desenvolvimento deve ter como objectivos inverter o processo de êxodo rural, combater a pobreza, estimular o emprego e a igualdade de oportunidades, responder ao crescente pedido de mais qualidade, saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer e melhorar o bem-estar das populações rurais. Assim, a necessidade de preservar e melhorar a qualidade do ambiente rural deve ser integrada em todas as políticas comunitárias relativas ao desenvolvimento rural. É necessário estabelecer um maior equilíbrio dos gastos públicos, dos investimentos em infra-estruturas e dos serviços nas áreas da educação, da saúde e das comunicações entre as zonas rurais e urbanas. Uma parte cada vez maior dos recursos disponíveis deve ser utilizada para promover o desenvolvimento rural e garantir a consecução dos objectivos ambientais.

### **Ponto 2 - Abordagem integrada**

A política de desenvolvimento rural deve ser concebida de uma forma multidisciplinar e aplicada de um modo multi-sectorial, com uma dimensão territorial clara. Além disso, deve ser aplicada a todas as zonas rurais da União, respeitando o princípio da concentração através da diferenciação do co-financiamento para as zonas mais necessitadas. De igual modo, deve basear-se numa abordagem integrada, que englobe no mesmo quadro jurídico e político o ajustamento e desenvolvimento da agricultura, a diversificação económica - tendo em conta, nomeadamente, as pequenas e médias indústrias e os serviços rurais - a gestão dos recursos naturais, a melhoria das funções ambientais e a promoção da cultura, do turismo e das actividades recreativas.

—> **Ponto 3 - Diversificação**

O apoio à diversificação das actividades económico-sociais deve centrar-se na criação de um quadro para o auto-financiamento das iniciativas privadas e colectivas ao nível do investimento, assistência técnica, serviços empresariais, infra-estruturas adequadas, educação, formação, integração dos progressos alcançados no campo das tecnologias da informação, reforço do papel das pequenas cidades enquanto partes integrantes das zonas rurais e factores-chave de desenvolvimento, promoção do desenvolvimento de comunidades rurais viáveis e renovação das aldeias.

**Ponto 4 - Sustentabilidade**

As políticas devem promover um desenvolvimento rural que fomenta a qualidade e a amenidade das paisagens rurais europeias (recursos naturais, biodiversidade e identidade cultural), para que a sua utilização pelas gerações actuais não prejudique as opções das gerações futuras. No que respeita às acções locais, devemos sempre estar conscientes das nossas responsabilidades globais.

**Ponto 5 - Subsidiariedade**

Dada a diversidade das zonas rurais da União Europeia, a política de desenvolvimento rural tem de respeitar o princípio da subsidiariedade, devendo ser tão descentralizada quanto possível e baseada na parceria e na cooperação a todos os níveis (local, regional, nacional e europeu). Deve ser dada uma particular importância à participação e a uma abordagem “de baixo para cima”, que estimule a criatividade e a solidariedade das comunidades rurais. O desenvolvimento rural deve desenvolver-se numa base local e comunitária, no contexto de um quadro europeu coerente.

**Ponto 6 - Simplificação**

A política de desenvolvimento rural, especialmente no que respeita à sua componente agrícola, deve ser objecto de uma radical simplificação legislativa. Embora se deva evitar qualquer renacionalização da PAC, é necessário alcançar uma maior coerência das acções actualmente executadas através de muitos canais diferentes, uma limitação da legislação comunitária relativa às regras e procedimentos gerais, uma maior subsidiariedade nas decisões, uma descentralização da aplicação das políticas e, em geral, uma maior flexibilidade.

**Ponto 7 - Programação**

A aplicação dos programas de desenvolvimento rural deve basear-se em procedimentos coerentes e transparentes e ser integrada num único programa de desenvolvimento rural para cada região e num único mecanismo de desenvolvimento rural sustentável.

**Ponto 8 - Financiamento**

Deve ser encorajada a utilização dos recursos financeiros locais para promover os projectos de desenvolvimento rural locais. Deve ser dado um maior incentivo à utilização da engenharia financeira nos sistemas de crédito rural, para melhorar a mobilização das sinergias entre o financiamento público e o financiamento privado, reduzir as limitações financeiras que afectam as pequenas e médias empresas, promover investimentos produtivos e diversificar as economias rurais. Simultaneamente, deve ser incentivada uma maior participação do sector bancário (público e privado) e de outros intermediários fiscais.

**Ponto 9 - Gestão**

Quando necessário, a capacidade administrativa e a eficácia das autoridades regionais e locais, bem como dos grupos de natureza colectiva, devem ser melhoradas através do fornecimento de apoio técnico, formação, melhores comunicações, parceria, partilha da investigação e da informação e intercâmbio de experiências através de redes estabelecidas entre as regiões e as comunidades rurais de toda a Europa.

**Ponto 10 - Avaliação e investigação**

O acompanhamento, a análise e o cálculo dos benefícios devem ser reforçados para garantir a transparência dos procedimentos, assegurar a boa utilização dos fundos públicos, estimular a investigação e a inovação e possibilitar um debate público bem informado. Os participantes devem não só ser consultados sobre as tarefas de concepção e aplicação, mas também participar directamente no acompanhamento e na avaliação.

**Conclusões**

Nós, os participantes na Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural reunidos em Cork, instamos os responsáveis pela tomada de decisões a nível europeu a que:

- > sensibilizem a opinião pública sobre a importância de dar um novo impulso à política de desenvolvimento rural;
- > tornem as zonas rurais mais atraentes para viver e trabalhar, para que se possam tornar centros de uma vida melhor para uma crescente diversidade de pessoas de todas as idades;
- > apoiem o presente programa de dez pontos e cooperem como parceiros na consecução de cada um dos objectivos definidos na presente declaração;
- > desempenhem um papel activo na promoção de um desenvolvimento rural sustentável no contexto internacional.

*9 de Novembro de 1996*





North Yorkshire Heritage Coast [Reino-Unido]

# Mobilização geral

A franja litoral do Yorkshire, no Nordeste da Inglaterra, é um meio rural cujas três actividades tradicionais - pesca, agricultura e turismo - estão em crise. Uma estratégia de desenvolvimento integrado foi recentemente planeada no sentido de diversificar e dinamizar a economia do território. Chegando no momento oportuno, o LEADER II é o instrumento privilegiado para identificar as necessidades locais, com a população.

**“Parece que jogamos ao Monopólio!”**, exclama um membro do “grupo LEADER de Whitby” espetando no grande mapa estendido no chão uma pequena bandeira indicando que nesse local existe uma necessidade não satisfeita ou um problema por resolver. Trata-se da segunda reunião do grupo, uma das cinco comissões organizadas na zona LEADER. Na ordem do dia: a adopção de um regulamento de funcionamento e um primeiro inventário dos problemas da localidade. “Um mapa ou uma maquete permitem a boa visualização da situação, dão um aspecto lúdico ao processo de

*inventário e constituem um bom suporte mediático para mobilizar a população”, explica Ingrid Salomonsen que anima a reunião.*

É ela quem coordena o LEADER no “North Yorkshire Heritage Coast”, um dos dois territórios beneficiários do programa LEADER II regional “North of England Heritage Coast” aprovado em finais de 1995. Tal como o seu nome indica, abrange as zonas costeiras do norte da Inglaterra classificadas “património natural” (“Heritage coasts”) (\*). São abrangidos dois condados: Northumberland e North-Yorkshire. Este programa regional é gerido por uma “Fundação LEADER II” (“Trust”) criada na Primavera de 1996 e composta por municípios e agências públicas de desenvolvimentos abrangidas, assim como pelo National Trust, a mais importante organização para a protecção do património natural e cultural britânico.

## Diversificação

Com os seus 14 000 habitantes, Whitby é a “grande” cidade desta zona LEADER, estreita língua de terra que se estende por cinquenta quilómetros ao longo do Mar do Norte, entre o cabo Flamborough e o estuário do Tees, excluindo Scarborough (103 000 habitantes), a capital administrativa regional. Uma grande parte da zona coincide também com o North York Moors National Park, vasta charneca de urze (499 km<sup>2</sup>) muito pouco povoada.

Como muitas das 17 “parishes” (freguesias) da zona, Whitby é ao mesmo tempo um porto de pesca e uma estação balnear. Mas a pesca, artesanal, está em profunda crise e as férias, baratas e em locais exóticos de climas mais amenos, colocaram em crise o sector turístico: “a afluência atravessa uma baixa sensível desde há alguns anos, enquanto a oferta de alojamentos é abundante”, lamenta John Smith, presidente do município de Whitby.

Desde os anos 60, o turismo foi o motor de uma economia local habituada a funcionar sem ajudas públicas importantes: “não éramos nem uma zona urbana em crise nem uma zona rural desfavorecida”, explica Ray Williamson do Scarborough Borough Council. “Mas a situação deixou de ser sustentável e decidimos mobilizar-nos para diversificar a economia. Em 1995, criámos uma parceria agrupando o Conselho do Condado, a Comissão do Desenvolvimento Rural (organismo responsável pelo desenvolvimento rural em Inglaterra) e actores privados.” Inicialmente dotada com um orçamento anual de

250 000 ECU, este “Yorkshire Coast Economic Development Partnership” elabora um “Plano de Acção Local” e obtém pouco depois a possibilidade de beneficiar de duas importantes fontes de financiamento: o programa de Objectivo 5b e o “Single Regeneration Budget” (cerca de 6 milhões de ECU para a zona), um programa inglês desde há muito tempo reservado às zonas urbanas mas agora acessível, mediante concurso, a todo o tipo de território. Em 1996, duas Iniciativas Comunitárias vêm reforçar estes recursos: PESCA (reestruturação do sector pesqueiro) e LEADER, ambos afectos exclusivamente ao litoral. “O LEADER é um instrumento muito importante para as aldeias costeiras. Vai em primeiro lugar permitir a identificação, com as populações interessadas das necessidades locais, organizando ‘auditorias de aldeia’ (ver caixa). Os projectos que daqui saírem são financiados quer pelo LEADER - penso sobretudo nos projectos de pequena escala - quer pelos outros programas para iniciativas de maior envergadura.”

Antecipando esta estratégia, a parceria criou uma célula de assistência técnica LEADER em que participam nomeadamente as diferentes administrações territoriais e especialistas do Parque Nacional (este parque promove acções de desenvolvimento local no território).

Operação de renovação apoiada pelo North York Moors National Park





Esculpindo uma placa indicadora da “Costa do Património”

## Sensibilização

O primeiro objectivo do LEADER é, pois, de financiar “auditorias de aldeia” - a 100%, com um máximo de 2 500 ECU por auditoria, “uma verba que deverá ser mais que suficiente, porque uma auditoria de aldeia não é uma operação muito onerosa”, refere Ingrid Salomonson que, desde Setembro de 1996, multiplica as reuniões públicas e contacta todos os conselhos municipais abrangidos pelo LEADER: “*não é fácil mobilizar uma população individualista - o meio associativo é aqui muito fraco - relativamente idosa e onde os agricultores estão bastante perplexos quanto ao desenvolvimento rural porque vivem uma situação difícil...*”

A responsável LEADER conseguiu contudo, recrutar “militantes” em cada aldeia. Tal como Will Terry, jovem agricultor, conselheiro municipal e membro do Comité LEADER de Fylingdales: “*como jovem, sinto-me obrigado a envolver-me, ainda mais agora que os municípios obtiveram bastantes prerrogativas em matéria de desenvolvimento local.*”

Compostos por autarcas e actores económicos locais (agricultores, representantes de associações, artesãos, operadores turísticos, etc.), os cinco comités LEADER são responsáveis, antes de mais, pela organização das auditorias (até Janeiro de 1997). De seguida, e à medida que os projectos vão sendo identificados (durante 1997), tornar-se-ão “grupos de acção local” responsáveis pela selecção e gestão dos projectos apoiados, e terão cada um o seu representante no “North of England Coastal Zone LEADER Trust” que gere o programa regional.

Ingrid faz figas: “*entrámos numa fase crucial: “o LEADER II está a passar da fase de processo administrativo*

*à da sua apropriação pela população local. É pelo menos o que eu espero!”* Quando chegou ao escritório na manhã seguinte, encontrou no gravador uma mensagem muito incentivadora: “*Bom dia, é o “maire” de Hawsker cum Stainsacre... Reflectimos sobre a vossa proposta de ontem à tarde e estamos de acordo quanto à organização de uma auditoria para muito breve...*”

(\*) Desde o início da década de 1970, 45 zonas costeiras foram classificadas “costas do património” pela Countryside Commission (Comissão do meio rural) em Inglaterra e no País de Gales.

**Superfície da região:** 668 km<sup>2</sup>  
**População:** 39 062 habitantes  
**Financiamento LEADER II:** 1 875 000 ECU

**North Yorkshire Heritage Coast LEADER Programme**  
St-Hildas Business Centre  
The Ropery  
Whitby, North Yorkshire YO22 4ET (UK)  
Tel: +44 1947 600 553 - Fax: +44 1947 604 923



## 0 desenvolvimento em directo:

### as “auditorias de aldeia”



*Um mapa facilita a identificação das necessidades locais [reunião da comissão LEADER de Whitby, North Yorkshire Heritage Coast]*

Instrumento democrático ao serviço do desenvolvimento, as “village appraisals” (“auditorias de aldeia”) ou “community appraisals” (“auditorias locais”) constituem um excelente meio de mobilização da população local, identificação das forças, fraquezas e necessidades do território e elaboração colectiva dos projectos consequentes. O seu sucesso é tal que, concebido de início para o meio rural, este tipo de operação é cada vez mais aplicado às zonas urbanas.

Os princípios desta especialidade britânica inspiram-se no modelo “Planning for Real” (ordenar em consulta directa) posto em prática nos anos 70 e 80 por Tony Gibson, especialista inglês do desenvolvimento local. Em 1987 foi publicado “The Local Jigsaw” (o puzzle local), primeiro guia destinado à realização de uma auditoria. Em 1994, a unidade de investigação em desenvolvimento rural do Cheltenham and Gloucester College of Higher Education produziu um instrumento informático (\*) facilitando a realização da operação (elaboração de um questionário, tratamento de dados, etc.).

São necessárias 12 etapas para bem conduzir uma auditoria:

1. de acordo com as autoridades locais, organizar uma reunião de informação, “tomar o pulso” da população e criar uma comissão que coordene a operação (uma dezena de pessoas representativas de todos os sectores abrangidos pelo desenvolvimento local);
2. identificar os objectivos e decidir qual a escala geográfica da auditoria (abranger toda a zona? Que parte dela? Numa aldeia em particular? Etc.);
3. identificar as fontes de financiamento possíveis para a realização da auditoria (patrocinadores privados, poderes locais, programas regionais, nacionais, europeus - LEADER, PACTE -, etc.);
4. fixar colectivamente um calendário realista e determinar os meios mais eficazes de divulgar a operação;
5. familiarizar-se com os métodos de auditoria de aldeia;
6. fazer o inventário das questões consideradas pela população local como importantes e que devam ser aprofundadas;
7. elaborar um questionário em função das prioridades identificadas;
8. distribuir este questionário na zona abrangida;
9. analisar as respostas obtidas;
10. ajustar os objectivos da auditoria em função dos resul-

tados da análise e redigir (da maneira mais atraente possível) um relatório com uma série de recomendações operacionais;

11. tornar público este relatório e identificar os diferentes interlocutores institucionais com quem negociar a realização dos projectos identificados;
12. refazer o balanço ao fim de um ano para avaliar a evolução da situação.

O exemplo das “auditorias de aldeia” começa a disseminar-se e vários grupos LEADER, no Reino Unido mas também na Irlanda, França, Bélgica e por toda a Europa, procedem a consultas locais baseadas neste modelo (\*\*).

(\*) “Village Appraisals”, manual e programa informático publicados por The Countryside and Community Research Unit, Cheltenham and Gloucester College of Higher Education, Francis Close Hall, Swindon Road, Cheltenham, Gloucestershire GL50 4AZ (UK). Tel: 00 44 1242 532 912.

(\*\*) ver também “Consultation villageoise et développement rural”. Publicado pela Fundação Rural de Wallonie. 1996. FRW, 11 rempart de la Vierge, B-5000 Namur. Fax: 00 32 81 224 577.



Evros [Grécia]

# Les fruits du volontarisme

**O modelo de desenvolvimento integrado posto em prática pelo município de Tycherio e gradualmente disseminado por outras áreas da zona LEADER de Evros (Trácia), permite revelar um novo desenvolvimento desta região fronteiriça durante muito tempo deixada à margem. Na condição, contudo, de o sector privado dar continuidade à iniciativa pública.**

***“A nossa acção começa a dar os seus frutos”***, afirma com uma ponta de orgulho Christos Hatzopoulos. O presidente do município de Tycherio, localidade de 2 500 habitantes situada a poucos quilómetros da fronteira

turca, não poderia ser mais expressivo: a cena passava-se junto a um campo de framboesas que o município plantou em 1995 e que acaba de produzir a sua primeira colheita - 50 toneladas. *“Tratava-se de diversificar a agricultura introduzindo novas produções, mais rentáveis”*, explica o presidente. *“Começámos em 1990 com os espargos, produção agora feita por 70 agricultores locais; é agora a vez das framboesas, cultura que tem a vantagem de poder gerar rendimentos importantes em superfícies relativamente limitadas.”*

Para além da criação de uma nova fileira de produção agrícola (os frutos são transformados em doce, embalado e comercializado por uma cooperativa local), é antes de mais a abordagem feita que tem interesse. É exemplar quanto à estratégia de desenvolvimento adoptada em Tycherio: o município toma a iniciativa do projecto e responsabiliza-se por todos os investimentos necessários, cabendo aos particulares interessados explorar de seguida a infraestrutura criada. No caso das frambo-



Esperando a primeira colheita de framboesas...

—> esas, por exemplo, o município, proprietário dos 10 ha cultivados, forneceu as plantas, assistência técnica, sistema de irrigação, etc. (custo: cerca de 116 ECU/ha), mas é da responsabilidade dos produtores que aderiram ao projecto (arrendamento por 15 anos; em que o montante total da “renda” corresponde aos custos realizados pela autarquia) a manutenção desta concessão (poda, monda, etc.)... e colheita, em proveito próprio, dos preciosos frutos vermelhos.

Esta mesma estratégia aplica-se a todo o conjunto dos projectos realizados pelo município: assim, perto da aldeia, um antigo pântano foi transformado em lago artificial. O sítio concentra um número impressionante de edifícios e equipamentos: centro cultural e de lazer, piscina, hotel com 15 quartos, cantina, área de jogos, etc. Foram também construídos 34 alojamentos sociais à beira do lago e, não muito longe, uma antiga exploração agrícola foi reconvertida em “quinta pedagógica” e centro equestre. Está também previsto o ordenamento de uma marina. Para já, o funcionamento dos equipamentos colectivos deste recente complexo é assegurado por funcionários municipais e por voluntários, mas o objectivo a médio prazo é confiar a gestão a operadores privados.

## Egnatia

A participação do sector privado é contudo um grande desafio num meio rural tradicionalmente desfavorecido, pois as autoridades centrais têm demonstrado, ao longo dos anos, pouco interesse pelo desenvolvimento desta região que partilha fronteiras com a Bulgária e com a Turquia.

A entrada da Grécia na Comunidade Europeia e a queda do império soviético contribuíram para aliviar a situação e abrir mais ao exterior o nordeste do país. Esta abertura está ainda, aliás, a materializar-se, literalmente, com a construção da “Egnatia”, grande estrada europeia que, a exemplo da antiga via romana de que lhe seguiu o traçado, permitirá ligar muito mais facilmente Roma a Istambul, tornando mais acessível toda esta região.

Desde há alguns anos, a Trácia é, tanto para a União Europeia como para o governo grego, uma zona de inter-

venção prioritária, podendo as ajudas às empresas atingir 50% dos custos de investimento.

A agitação da conjuntura política internacional nesta parte do mundo afectou também a demografia local: milhares de gregos que viviam na Rússia ou na Geórgia reinstalaram-se progressivamente na pátria mãe e as autoridades gregas incitam à sua fixação na Trácia, compensando assim o êxodo rural que desde há muito afecta a região. “*Os repatriados representam um acréscimo de forças vivas*” sublinha o autarca de Tycherro. “*São um dos principais grupos alvo da nossa acção. Assim, 14 famílias são abrangidas pela operação framboesas, tendo-lhes sido dada prioridade aquando da distribuição das concessões, tal como às famílias sem terra e aos jovens desempregados com vontade de se manterem na terra natal.*”

Outras duas acções conduzidas pela autarquia de Tycherro também os abrangem directamente: a criação de uma cooperativa de tecelagem envolvendo 115 mulheres, muitas delas regressadas à Grécia, e a construção de novos alojamentos sociais. “*O nosso objectivo é construir 130*”, afirma Christos Hatzopoulos, “*não apenas para os repatriados como também para os jovens casais. O meu desejo mais profundo é podermos duplicar a popula-*—>

Acondicionamento de espargos na cooperativa de Tycherro







## Itinerário de um LEADER

O desenvolvimento multidimensional do município de Tycherio deve-se sobretudo à vontade e ao carisma do seu presidente, Christos Hatzopoulos.

Estudante de ciências políticas na Universidade de Perugia durante os anos 60 e 70, ficou muito impressionado com o fenómeno da “Terceira Itália” que então emergia em Umbria (\*): “pus-me a sonhar em aplicar esse modelo aqui, na minha Terra, na Trácia. Antes de mais, partilhámos numerosas semelhanças culturais com os italianos e as zonas da ‘Terceira Itália’ eram, tal como as nossas, zonas deixadas ao abandono... Porque é que este tipo de desenvolvimento, baseado na iniciativa local e no dinamismo das pequenas empresas familiares trabalhando em redes, não funcionaria aqui? Fiquei convencido de que valeria a pena tentar...”

Há 25 anos reinstalou-se em Filarko, a sua aldeia natal, de que se tornou autarca em 1978.

“Pude então por em prática as minhas ideias, recorda. “Não tínhamos nem estrada alcatroada nem esgotos. Propus o seguinte: ‘a autarquia compra os materiais e os homens da aldeia constroem a estrada’. As pessoas aceitaram, toda a gente arregaçou as mangas e, dois anos mais tarde, tínhamos enfim uma estrada decente e um sistema completo de esgotos.”

Em 1984, o Parlamento helénico aprova uma lei incentivando, por razões de eficácia, o agrupamento das pequenas autarquias. Convencido das vantagens da iniciativa, Christos Hatzopoulos luta pela união de Filakto a Tycherio. Isso foi concretizado no ano seguinte e Tycherio tornou-se o primeiro agrupamento autárquico realizado na Grécia. A operação e o seu promotor atraíram a atenção da comunicação social por todo o país.

Eleito presidente da nova autarquia em 1986, Christos Hatzopoulos vai beneficiar da notoriedade assim adquirida para contactar, consultar, e até convidar mesmo especialistas do desenvolvimento local a visitar Tycherio, a participar na elaboração de projectos e, durante sessões de informação, a convencer a população dos bons fundamentos desses projectos.

“É claro, foi necessário trabalhar muito de início sobre as mentalidades: as pessoas estavam resignadas, desmotivadas por anos de indiferença política por parte do governo central. Mas a experiência de Filakto, a estrada, os esgotos, estas realizações bem visíveis, demonstraram que ‘pegando o touro pelos cornos’, podia ainda haver uma solução... Pelo contrário, o que era evidente e muito mais difícil de ultrapassar, era

a fraqueza estrutural do sector privado.” A iniciativa teve, pois, que ser tomada pela autarquia, que elaborou um plano de desenvolvimento visando três objectivos: aumentar a produtividade do sector agrícola, que ocupa 60% da população activa; melhorar a qualidade de vida; criar empregos.

O LEADER II vai dotar Christos Hatzopoulos e os colaboradores de meios à medida das suas ambições: em Dezembro de 1991, foi criada uma agência de desenvolvimento (“Dimossineteristiki Evros S.A.”) em colaboração com 10 outras autarquias locais e 3 cooperativas agrícolas, a fim de gerir esta Iniciativa Comunitária.

Em Tycherio mesmo, foram criadas duas “empresas autárquicas” a fim de coordenar vários projectos. A acção social é também uma grande preocupação do município, que se responsabiliza pelo transporte escolar (a primeira experiência na Trácia), medicina preventiva para idosos (permanência médica semanal; autocarro fretado mensalmente para conduzir aos serviços médicos de Alexandroupolis) assim como algumas animações culturais e recreativas (festival de folclore; excursões organizadas para a população local). Há ainda empregos municipais que são reservados aos deficientes.

Dois números traduzem a amplitude das acções de desenvolvimento realizadas na autarquia graças à conjugação de apoios locais, nacionais e europeus: entre 1986 e 1995, o orçamento anual de Tycherio passou de 105 000 para 2 800 000 ECU.

Em Dezembro de 1995, a Academia de Atenas reconheceu os esforços da equipa municipal, atribuindo a Tycherio o seu “Prémio do Desenvolvimento Duradouro”.

---

(\*) ver o artigo de Giuseppe Canullo no LEADER Magazine nº 5 (1993).

—> *ção da autarquia durante os próximos anos...”*

A política voluntarista das diferentes instâncias governamentais, este “regresso de forças vivas” que constituem os repatriados, são outras tantas razões para tornar optimistas, quanto ao envolvimento do sector privado, os membros da agência de desenvolvimento “Dimossineteristiki Evros S.A.”, grupo de acção local, e o seu director, Dimitrios Karavassilis: *“se é que alguma vez existiu, o derrotismo ficou para trás. As pessoas vêem tudo o que foi realizado, sentem que as coisas mexem e começam a lançar-se... Se o LEADER I foi essencialmente protagonizado pela iniciativa pública, entre 70 e 80% dos investimentos previstos para o LEADER II são de iniciativa privada.”*

A pequena povoação de Feres (6 000 habitantes) está agora dotada de um parque organizado em torno de um antigo aqueduto (9 000 visitantes por ano). O LEADER I permitiu o ordenamento de percursos pedestres e a construção de um anfiteatro, assim como de um café gerido pela cooperativa de mulheres “Ekavi”. Os seus 34



*Uma das muitas sessões de formação organizadas pelo grupo de acção local*

**Superfície da região:** 1 522 km<sup>2</sup>  
**População:** 28 351 habitantes  
**Financiamento LEADER II:** 4 740 000 ECU  
**UE:** 2 473 000 ECU - **Público:** 593 000 ECU  
**Privado:** 1 674 000 ECU

**Dimossineteristiki Evros S.A.**  
Ardanio - GR-68500 Feres  
Tel: +30 555 24 644 - Fax: +30 555 24 646  
E-mail: dimossin@compulink.gr

membros (esposas de agricultores, mulheres que desejam encontrar uma actividade profissional, etc.) confeccionam e comercializam todo o tipo de produtos artesanais: fruta cristalizada e pastelaria tradicional mas também cerâmica e tecelagem. Local de convívio para as mulheres e famílias da aldeia, o café serve também de posto de venda para os produtos da cooperativa. *“Entre Junho e Setembro de 1996, realizámos cerca de 17 000 ECU de volume de negócios”*, indica Korda Fotini, uma das administradoras de Ekavi.

## Integração

Esta experiência apresenta em pequena escala outra característica importante da estratégia do grupo de acção local: a integração dos diferentes sectores de actividade. *“Procuramos sempre interligar agricultura, saber-fazer tradicionais, produtos locais, cultura, turismo e infraestruturas de serviços”*, insiste Thanassis Gouridis, agente de desenvolvimento.

A agência de desenvolvimento de Evros está em vias de iniciar em Soufli - localidade célebre pelas suas sedas - um Programa YOUTHSTART. Trata-se concretamente de instalar, em locais restaurados de uma antiga fábrica de seda, uma cooperativa de jovens cuja actividade consistirá nomeadamente na organização de estadias turísticas de uma semana, integrando as principais curiosidades do território: sítios arqueológicos, centros artesanais, etc... Sem esquecer as duas principais atracções naturais da zona: o delta do rio Evros e a reserva ornitológica de Dadia (15 000 visitantes frequentam anualmente esta floresta de 28 000 ha equipada e animada pela WWF; o LEADER permitiu também aqui a criação de um espaço de alojamento).

Este tipo de operação deverá ser também reproduzido na Ilha de Samotrácia, que está incluída na nova zona LEADER II. *“Samotrácia pode tornar-se uma ‘montra’ do turismo duradouro”*, afirma Thanassis Gouridis. *“Esta ilha, ainda muito pouco visitada, encerra uma infinidade de tesouros naturais e culturais: a mais alta montanha das ilhas gregas, um litoral selvagem, numerosos vestígios antigos, aldeias muito pitorescas, estações termais de grande potencial...”*

O termalismo é justamente um sector que o GAL pretende desenvolver muito em especial no âmbito do LEADER II. Evros é, com efeito, bastante rico em fontes termais. Estas fontes podem ser facilmente valorizadas, encontrando-se na proximidade de antiquíssimas termas romanas ou otomanas abandonadas.

*“Revalorizar este recurso, reforçar a oferta de alojamentos ainda insuficiente, encontrar novos circuitos de comercialização para os produtos locais, por em prática uma verdadeira política de comunicação para o nosso território, completando ao mesmo tempo os equipamentos já existentes... são as grandes orientações do nosso programa LEADER II”*, afirma Dimitrios Karavassilis.

E entre as acções previstas, qual na sua opinião, a mais inovadora? *“É impossível responder a esta pergunta, afirma Dimitrios, porque todas as acções estão de algum modo encadeadas umas nas outras... É talvez essa afinal a verdadeira inovação.”* <

## 0 programa de actividades para 1997

O Observatório Europeu LEADER propõe para 1997 uma dezena de seminários concebidos em torno de três ciclos dedicados respectivamente à inovação, cooperação transnacional e qualidade.

Cada um destes encontros (\*) decorrerá numa zona onde o GAL dispõe de uma experiência relevante sobre o tema tratado. As datas e locais da maioria dos seminários não estão ainda fixados à data da redacção deste artigo (Dezembro de 1996), devendo o leitor interessado contactar o Observatório Europeu LEADER.

### CICLO DA INOVAÇÃO: "DESENVOLVER UMA DINÂMICA DE INOVAÇÃO NO SEU TERRITÓRIO"

- > "Inovar criando complementaridades entre sectores de actividade"

A combinação dos recursos de vários sectores - turismo, agricultura, artesanato, serviços à população, formação, transportes, etc. - contribui para a criação de novas oportunidades para cada sector tomado individualmente, reforçando assim a competitividade do território: (Datas: 12-16 de Março de 1997; Línguas: alemão/francês/grego; Local: Hittisau (Vorarlberg, Áustria).

- > "Selecionar os projectos locais"

Como estabelecer critérios de selecção que se integrem nos objectivos estratégicos e operacionais do programa de inovação rural? Como, através destes critérios, privilegiar projectos ou processos inovadores? Como avaliar a viabilidade e a perenidade do projecto?

- > "Formação e desenvolvimento local"

O número de pessoas envolvidas em formações organizadas no âmbito do LEADER é em geral muito elevado. Trata-se, com efeito, de um meio essencial para facilitar a passagem "da ideia ao projecto", envolver-se em processos colectivos, adquirir complementos de competências necessárias ao sucesso do projecto, reforçar as competências da população e favorecer a sua participação activa na dinâmica do desenvolvimento local.

- ### CICLO DA QUALIDADE: "REFORÇAR A QUALIDADE DAS INICIATIVAS LOCAIS"
- > "Comercializar os produtos locais em circuitos curtos"

A partir de exemplos concretos, este seminário abordará a problemática da venda directa e da venda em circuitos curtos de diferentes tipos de produtos locais, quer sejam agro-alimentares, transformados, artesanais ou turísticos.

- > "Comercializar colectivamente produtos agro-alimentares em circuitos longos"

Para a maioria das zonas LEADER, o acesso às redes da grande distribuição exige melhorar a qualidade do produto e da sua apresentação, e atingir, nomeadamente através de iniciativas colectivas, um volume e uma gama suficientes para assegurar um interface com as grandes centrais de distribuição.

- > "As zonas protegidas, um trunfo para a dinamização do território"

A criação de zonas naturais protegidas levanta muitas vezes grandes inquietações sobre as limitações que possam eventualmente impor em matéria de actividade económica. Com exemplos de apoio, este seminário demonstrará, pelo contrário, que a criação de zonas protegidas pode incentivar a criação de novas actividades e atrair empresas que desejem beneficiar da imagem "ecológica" do território e da eventual marca de qualidade ambiental que lhe tenha sido outorgada.

- > "Elaborar produtos turísticos em torno de percursos"

O potencial natural de várias zonas LEADER leva os grupos de acção local LEADER a desejarem desenvolver produtos em torno do tema dos percursos (pedestres, equestres, ciclísticos, etc.). Elaborar produtos originais e de qualidade em torno deste tema constitui contudo um importante desafio que o seminário examinará nas suas principais vertentes.

- ### CICLO DA COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL: "ASSISTÊNCIA AOS PROJECTOS DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL"
- > "Dinâmica e metodologia da cooperação transnacional"

A cooperação transnacional é um dos novos campos de intervenção do LEADER: o eixo C da Iniciativa prevê mais de 100 milhões de ECU para financiar este tipo de operação. O Observatório, por seu lado, dispõe de um orçamento de 4 milhões de ECU para ajudar os beneficiários LEADER a definir o seu projecto de cooperação transnacional. O que pode trazer o projecto de cooperação ao projecto de território? Como assegurar que os frutos da cooperação beneficiarão realmente a população local? Como escolher as parcerias mais pertinentes? Como gerir o projecto de cooperação nas suas diferentes fases?

## Guia "Acções Comunitárias e desenvolvimento rural"

Sob a forma de classificador com uma centena de fichas frente-verso, este guia apresenta o conjunto dos programas, acções, medidas, etc. lançados pela União Europeia e susceptíveis de interessar aos actores rurais. Será completado ou actualizado em função das alterações eventuais. (Preço: 1 800 BEF/cerca de 45 ECU).

De relembrar que um cartaz LEADER II (62 cm x 93 cm) está desde já disponível. (Preço: 700 BEF/cerca de 18 ECU; cartaz suplementar enviado para a mesma morada: 200 BEF/cerca de 5 ECU).

**INFORMAÇÕES:**

OBSERVATÓRIO  
EUROPEU LEADER  
chaussée Saint Pierre 260  
B-1040 Bruxelles  
Tél.: +32.2.736 49 60  
Fax: +32.2.736 04 34

**E-Mail:**  
leader@aeidl.be

**World Wide Web:**  
<http://www.rural-europe.aeidl.be>



## Ficha sinalética

**Nome:** LEADER

(Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural)

**Tipo de programa:** Iniciativa Comunitária

**Territórios abrangidos:** regiões de Objectivo 1 (com atrasos de desenvolvimento), zonas de Objectivo 5b (zonas rurais frágeis) e zonas de Objectivo 6 (zonas nórdicas de muito baixa densidade populacional) da União Europeia. 10% das verbas destinadas às zonas de Objectivo 5b podem contudo ser afectadas a territórios limítrofes não elegíveis.

**Objectivos:** na continuidade do LEADER I (1991-1994), o LEADER II visa:

- > encorajar as iniciativas locais de desenvolvimento rural exemplares;
- > apoiar operações inovadoras, demonstrativas e transferíveis que revelem as novas vias a adoptar pelo desenvolvimento rural;
- > multiplicar os intercâmbios de experiências e a transferência de saber-fazer;
- > apoiar projectos de cooperação transnacional resultantes dos actores locais das zonas rurais e que traduzam a sua solidariedade.

**Beneficiários:** o LEADER II pode financiar duas categorias de beneficiários:

- > em primeiro lugar, os "grupos de acção local", a saber, um conjunto de parceiros públicos e privados que definem em comum uma estratégia e medidas inovadoras para o desenvolvimento de um território rural de dimensão local (com menos de 100 000 habitantes);
- > outros actores colectivos, públicos ou privados, do meio rural (autarquias, agrupamentos profissionais e sectoriais, cooperativas, associações, etc.), desde que a sua acção, mais temática, se inscreva numa lógica de desenvolvimento ao nível de um território local.

**Tipo de medidas:** aquisição de competências em matéria de desenvolvimento rural, programas de inovação rural (formação profissional, turismo rural, apoio às pequenas empresas, valorização das produções agrícolas, silvícolas e da pesca local, melhoria do ambiente e do quadro de vida, etc), cooperação transnacional.

As diversas componentes do LEADER II articulam-se em torno de uma "Rede Europeia de Desenvolvimento Rural" permitindo uma ampla difusão (seminários, intercâmbios, publicações) das acções inovadoras empreendidas a favor do mundo rural e facilitando as cooperações transnacionais. Esta rede é animada pelo "Observatório Europeu LEADER".

**Duração do programa:** 6 anos (1994-1999)

**Dotação de origem comunitária:** cerca de 1 755 milhões de ECU (dos quais mais de 1 000 milhões para as regiões de Objectivo 1) financiados pelos três Fundos Estruturais.



**Observatório  
Europeu LEADER**



**Comissão Europeia  
DG VI Agricultura**

**LEADER magazine** é a revista trimestral do programa de desenvolvimento rural LEADER II. - O **LEADER II** ("Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural") é uma Iniciativa Comunitária lançada pela Comissão Europeia e coordenada pela sua Direcção-Geral de Agricultura (Unidade VI-F.1.1) - O conteúdo do LEADER MAGAZINE não reflecte necessariamente as opiniões das instituições da União Europeia - **Direcção da redacção:** A.E.I.D.L. / Observatório Europeu LEADER - **Editor responsável:** William Van Dingenen, A.E.I.D.L., chaussée Saint-Pierre 260, B-1040 Bruxelas - **Jornalismo:** Jean-Luc Janot - **Colaboraram neste número:** Yves Champetier, Maria-Christina Makrandréou - **Fotografias:** grupos LEADER, Francisco Botelho, Campagne Campagne, Patrice Cartier, John Sheehan, North York Moors National Park, Nicholas Petrou, Bengt Weiler - **Fotografia da capa:** Campagne Campagne - **Coordenação da produção:** Christine Charlier - **Concepção gráfica:** Kaligram - Impresso na Bélgica em papel branqueado sem cloro - O **LEADER magazine** é publicado nas onze línguas da União Europeia e tem uma tiragem de 37 500 exemplares. - **Informações:** **LEADER magazine**, A.E.I.D.L., Chaussée St. Pierre 260, B-1040 Bruxelas, Bélgica. Tel: +32.2 736 49 60. Fax: +32.2. 736 04 34. E-Mail: leader@aeidl.be - WWW: <http://www.rural-europe.aeidl.be>